

A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã

*Murillo Müller do Espírito Santo
Tiago Oliveira Baldasso**

RESUMO: O presente artigo visa à análise da política externa iraniana no período anterior e posterior à revolução de 1979. Nesse sentido, serão analisadas, por meio de revisão bibliográfica de obras que abarcam o tema, as relações internacionais do Irã com os países de seu entorno regional e com as grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como os impactos da revolução islâmica no sistema internacional. Por fim, serão destacadas as linhas de rupturas e de continuidades da política externa do país ao longo do período.

PALAVRAS-CHAVE: Irã; Guerra Fria; Política Externa; Revolução.

* Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

Ao longo do século XX, o Irã foi considerado um importante ator regional na Ásia, sendo peça chave na condução das políticas das grandes potências para o Oriente Médio e no “tabuleiro de xadrez” da Guerra Fria. Se entre as décadas de 1940 e 1970 as reformas socioeconômicas e ocidentalizantes promovidas pelo Xá Reza Pahlavi garantiram aos Estados Unidos grande influência sobre o país, a Revolução Iraniana de 1979, por sua vez, transformou o papel do Irã no cenário internacional, emergindo como um novo poder desafiante, independente e nãoalinhado.

A revolução iraniana foi uma revolução de massas, dirigida, no entanto, por uma elite clerical que se empenhou em criar uma teocracia. Além disso, foi a primeira revolução a ser televisionada para milhões de espectadores. O levante iraniano, portanto, pode ser caracterizado como uma revolução de independência e de defesa da identidade nacional frente ao processo globalizador promovido pelas grandes potências, que tende a corroer as fronteiras e a identidade nacional. A insurreição liderada pelo Aiatolá Khomeini provocou uma grave crise nas administrações Carter (1977-1981) e Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, abrindo uma rachadura no cerco estadunidense ao sul da União Soviética; para o Kremlin, por sua vez, demonstrou a fragilidade na teoria leninista-marxista para explicar as revoluções no Terceiro Mundo, contribuindo para percepções soviéticas quanto ao desafio islâmico. A revolução iraniana, portanto, introduziu uma nova contenda ao sistema bipolar vigente até então. Regionalmente, a nova República Islâmica afetou os demais países, rompendo com a frágil ordem local e estremecendo a emergente aliança de forças moderadas no Oriente Médio.

Destarte, o presente trabalho busca a compreensão dos determinantes que conduziram a política externa do Irã em dois períodos distintos, antes e depois da Revolução islâmica e clerical de 1979, bem como analisar as mudanças promovidas pela quebra do regime e o seu impacto no sistema internacional. Nesse sentido, a primeira seção trata da política externa do Xá Reza Pahlavi e seu alinhamento aos Estados Unidos da América, desde 1954, com a queda do primeiro-ministro Mossadegh, até 1979; já a segunda descreve as diretrizes da política externa do Irã revolucionário durante a década de 1980, período de afirmação da revolução e posterior reorientação na política externa. Por fim, a terceira seção busca traçar

os principais pontos de ruptura e de continuidade da política internacional em comparação entre os dois períodos.

2 A Política Externa de Reza Pahlavi

Para melhor compreensão da política externa iraniana, é necessário ter em mente alguns constrangimentos geográficos e históricos dessa nação, os quais impuseram durante muito tempo certos padrões de atuação, perpassando diferentes períodos e governos.

A geografia do Irã é um desses fatores. Situado em um território montanhoso e que durante séculos serviu de passagem entre o Oriente Médio e a Ásia Central, a geografia iraniana ajuda a delinear a política externa do país, cujo “cerco” por outros Estados e a localização estratégica entre o Mar Cáspio e os Golfos Pérsico e de Omã contribuem em certa medida para que a política externa do país possua historicamente um viés “iranocêntrico”, havendo uma espécie de percepção constante de “cerco”, de uma ameaça de influência externa, confirmada pelos inúmeros períodos em que o Estado iraniano esteve sob jugo de potências externas à região, como a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos da América (EHTESHAMI, 2002, p.284). A geopolítica do petróleo reforça essa tese, pois o Irã encontra-se banhado ao sul pelo Golfo Pérsico, por onde escoava boa parte do petróleo mundial - sendo a produção de petróleo a espinha dorsal da economia iraniana.

Para o período de nossa análise, é importante ressaltar também os antecedentes históricos relevantes para entender as relações internacionais do Irã. Por quase 150 anos (1800-1940 aproximadamente) o país esteve sob dominação ou influência de potências estrangeiras. Durante o século XIX, o Irã envolveu-se em conflitos com a Rússia, sofrendo perdas territoriais e eventualmente sendo ocupado pelo país no início do Século XX; depois, com a Primeira Guerra Mundial, foi ocupado pelo Reino Unido; e posteriormente, durante o governo do Xá Reza Pahlavi, entrou na esfera de influência norte-americana, sofrendo um processo de ocidentalização. Todos esses períodos contribuíram para que a política externa do Irã no século XX se desenhasse cada vez mais na direção do bloqueio de influências externas, da independência política e da autossuficiência econômica, conceitos que seriam

motes do Movimento Revolucionário de 1979 e que foram diretrizes marcantes da política externa a partir de então (EHTESHAMI, 2002, p.285).

Como ressalta Ehteshami (2002, p. 285, tradução nossa),

Para a elite iraniana, pré e pós-revolução, poder econômico e autossuficiência em termos econômicos foram vistos como os pré-requisitos para a independência política e para a influência regional.

Nesse sentido, destaca-se outro fator importante para a caracterização de um padrão de política externa do Irã: a percepção histórica da elite iraniana de seu país como um ator central na região, consequência do “iranocentrismo” citado. Durante o governo do Xá Reza Pahlavi, esse viés é nítido, tendo o Irã atuado como um bastião ocidental na segurança da região e buscado exercer preponderância militar na zona do Golfo. Com a revolução iraniana, como salienta Ehteshami (2002), esse papel de ator central regional ganha um caráter também religioso ao colocar o Estado como baluarte do Islamismo xiita, afetando suas relações com os Estados vizinhos.

O Irã da Dinastia Pahlavi, composta pelos governos de Reza Xá (1925-1941) e de seu filho Mohammad Reza Xá (1941-1979), foi essencialmente um período em que o Irã esteve sob influência direta de potências extrarregionais: o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Irã foi invadido pela União Soviética e pelo Reino Unido, sob o pretexto de garantir combustíveis e linhas de suprimentos vitais aos aliados, uma vez que o Irã havia se declarado neutro no conflito. Com a Conferência de Teerã, em 1943, ficou estabelecida a independência do Irã e foram definidas suas fronteiras. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, cresceu no país o movimento do Fronte Nacional, grupo de tendência democrata-liberal e nacionalista que rivalizava com o poder do Xá.

Em 1951, foi eleito primeiro ministro do Irã o líder desse movimento, Mohammed Mossadegh, político progressista e nacionalista, cuja principal medida foi a nacionalização da produção de petróleo do país, o que o tornou extremamente popular. Os principais interesses afetados foram os da companhia britânica *Anglo-Persian Oil Company*¹, que explorava petróleo no país desde o início do século

¹ A atual British Petroleum.

e cuja propriedade fora nacionalizada. Outras companhias de petróleo também foram expulsas do país, gerando uma crise diplomática com o Reino Unido e também com os EUA.

Dois anos após o incidente, Mossadegh foi deposto por um golpe orquestrado pelos serviços secretos britânico e norte-americano, os quais juntaram forças para reconduzir o Xá Reza Pahlavi ao poder. Após o golpe contra o governo de Mossadegh em 1953, o poder ditatorial do Xá foi ampliado e iniciou-se um período de acelerada modernização e ocidentalização do país, de caráter secular e autoritário. A consolidação do Xá no poder ecoou na política externa na forma de um relacionamento controverso e estreito com os EUA. Gozando de grandes influxos de recursos advindos de um melhor ajuste das rendas do petróleo (mas ainda beneficiando as companhias estrangeiras), o Xá pode operar uma série de reformas.

Essa série de reformas ficou conhecida como a “Revolução Branca”. Notadamente a partir de 1963 e até 1978, esse processo visava: à secularização e ocidentalização do país; à modernização da economia como forma de fazer frente ao comunismo; e à eliminação das classes opositoras políticas. Grandes investimentos em educação e saúde foram feitos, bem como uma reforma agrária, nacionalizações de terras e empresas e medidas para amenizar as relações de classe no setor industrial. Foram feitas também diversas obras de infraestrutura e o país avançou no processo de industrialização.

Esse processo sofreu grandes críticas e feroz oposição de setores clericais, ligados à posse de terras e que tiveram seu poder político diminuído no período. Desse setor surge a base política de contestação que resultaria na Revolução de 1979.

No que tange às relações regionais, o regime do Xá representou uma ligeira fricção das relações entre o Irã e os demais países árabes, uma das razões seria o reconhecimento do Estado de Israel em 1960 por parte de Teerã, consequência do alinhamento aos norte-americanos. O fortalecimento militar do país, bem como a participação ativa em fóruns como a OPEC, seriam indícios, segundo Ehteshami (1995), de uma política de Estado expansionista, lastreada na política de “*regional policeman*” da Doutrina Nixon/Kissinger. Esse armamento do país também entra

no contexto da crescente importância do Golfo Pérsico e do petróleo na década de 1970, e viu paralelos na Arábia Saudita e no Iraque.

No entanto, a relação primordial da política externa iraniana no período que vai de 1953 até a Revolução de 1979 se deu com os Estados Unidos. Em troca de um suprimento contínuo de hidrocarbonetos, os EUA providenciaram cerca de 1 bilhão de dólares em ajuda externa (GASIOROWSKI, 2004) e forneceram equipamentos e treinamento militar ao Irã a ponto de tornar o regime do Xá o mais bem armado do Oriente Médio (EHTESHAMI, 1995, p. 289). O Xá buscou criar um vultuoso exército para o país, transformando-o em um dos cinco maiores em termos de armas convencionais do mundo. Operando um programa de ocidentalização e modernização da economia, ainda que de forma autoritária, o Irã era considerado pelos Estados Unidos, assim como o Brasil na América Latina, um aliado regional no combate à expansão do comunismo e da União Soviética.

3 As Relações Internacionais da República Islâmica

Os conceitos chave da política externa iraniana pós-revolução são elucidados na nova Constituição nacional, implementada já em 1979. O Artigo 11 se baseia na crença universal do Islã, sem reconhecimento de divisões políticas, pois

[...] todos os muçulmanos são uma só nação e o governo da república Islâmica do Irã é responsável [...] que se façam esforços contínuos para conseguir a unidade política econômica e cultural do mundo do Islã (IRÃ, 1979).

Já o Artigo 152 prega pela liberdade e não alinhamento do país, afirmando:

A política Externa da República do Irã baseia-se [...] na preservação da independência em todos os aspectos e na integridade territorial do país, defendendo os direitos de todos os muçulmanos, o não alinhamento com as potências dominantes e relações mútuas de paz com países não hostis (IRÃ, 1979).

O Artigo 153 segue no mesmo sentido, afirmando que “[n]ão é permitido concluir qualquer contrato que envolva a dominação estrangeira dos recursos naturais e econômicos, a cultura, o exército e outros domínios da nação” (IRÃ, 1979). Em seguida, o Artigo 154 prega pela não intervenção, concluindo que o Irã

[...] reconhece a independência, a liberdade e a prática da justiça como direitos universais de todos os povos do mundo [...] ao mesmo tempo em que se abstém de qualquer interferência nos assuntos internos de outras nações [...] (IRÃ, 1979).

Segundo Ehteshami e Zweiri(2008), podemos enumerar quatro pilares para a política externa iraniana, de acordo com a Constituição de 1979: (i) rejeição de todas as formas de dominação estrangeira; (ii) preservação da independência e integridade territorial do país; (iii) defesa dos direitos de todos os muçulmanos sem alinhamento às potências hegemônicas; e (iv) manutenção do relacionamento com países não beligerantes. Esses princípios têm guiado a política externa do país desde a Revolução e sob sua luz fica clara a compreensão do apoio dado pelo regime aos movimentos de resistência muçulmana pelo mundo e ao conceito de exportação da revolução, pregado por muitos líderes durante os anos 1980.

Era claro tanto para Khomeini quanto para seus seguidores que a revolução não teria sentido se fosse limitada somente a um país. O Irã, portanto, seria a “vanguarda”, levando uma mensagem carregada de um poderoso zelo religioso messiânico, com o intuito de contagiar os demais países da região, mas afirmando que isso se daria pelo exemplo e não pela força (ZAHAR, 1991, p. 167-8). A exportação da revolução teria dois propósitos bem definidos: (i) desestabilizar a situação política no Oriente Médio e criar um ambiente hostil aos interesses Ocidentais; e (ii) o Irã, como um Estado islâmico, xiita e revolucionário, estaria, primeiramente, interessado na libertação das oprimidas população xiitas nos demais países da região, em especial no Golfo Pérsico, Líbano e Iraque (PHILIP, 1994, p. 121).

Os meios pelos quais a República Islâmica levaria o seu exemplo aos demais países da região, segundo León Rodríguez Zahar(1991), seriam seis: (i) organizações multilaterais, onde o governo iraniano proporia a criação de novos organismos, uma vez que os já existentes faziam parte de um sistema rechaçado pelo Irã, como a criação de uma Corte Internacional de Justiça Islâmica e um Mercado Comum Islâmico; (ii) a propaganda, visto que a difusão da nova imagem do país no exterior foi priorizada, com o intuito de atrair simpatias. Nesse âmbito, o rádio desempenhou um papel de destaque; (iii) peregrinações a lugares santos, principalmente na Arábia Saudita, onde Khomeini procurou inflamar peregrinos

a promover manifestações anti-imperialistas, anti-israelitas e antiocidentais; (iv) a subversão, apesar do princípio de não-intervenção interna expresso na Constituição e nos discursos oficiais. Não é possível identificar até que ponto as manifestações internas nos países da região teriam sido fruto de processos espontâneos; apesar disso o governo não ocultou seu apoio direto aos xiitas no Líbano, no Bahrein, no Iraque e no Afeganistão; (v) o terrorismo, apesar de não haver provas concretas de que o Irã tenha fomentado esse tipo de prática com o intuito de coagir seus vizinhos e grandes potências; e (vi) a guerra, pois para Khomeini trata-se do conceito de autodefesa, referindo-se diretamente à defesa do Islã e de sua população oprimida por regimes tirânicos. O objetivo de Khomeini, por meio destes instrumentos, era que seu movimento se universalizasse. Seu apelo, obviamente, ganhou maior influência nas populações xiitas dos países vizinhos onde esse grupo era maioria, porém subjugado a uma elite sunita, como no Bahrein, com 72%, no Iraque, 60%, no Catar, 80% e no Líbano, com 30% de população xiita (ZAHAR, 1991, p. 169-171).

Entre os anos de 1980 e 1988, o Irã esteve em guerra com o Iraque. Durante esse período, o regime de Khomeini esteve isolado regionalmente, em parte devido à linha dos países árabes moderados em favor do Iraque e em parte resultado do discurso radical adotado por Teerã em fóruns internacionais. Ao longo da década, o Irã somente pode contar com a Síria como seu aliado, além de Iêmen do Sul e da Líbia como estados amigos. Com seus vizinhos não árabes, principalmente Paquistão e Turquia, Teerã procurou manter relações de cordialidade. Entretanto, as relações com Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Sudão, Egito, Israel, Jordânia, Marrocos, Tunísia, Iêmen do Norte e Afeganistão eram conflituosas (EHTESHAMI, 2002, p. 297).

Após o triunfo da Revolução Iraniana, os países do Golfo Pérsico assim como o Iraque, enxergavam uma dupla ameaça no novo regime iraniano: ideológica e militar. Entendiam que seriam os candidatos ideais para a expansão da revolução, uma vez que eram Estados monárquicos e possuíam contingentes significativos de população xiita marginalizada e discriminada, dado que os regimes nesses países são sunitas, como no Iraque. Nesse sentido, os países do Golfo procuraram alinhar suas políticas, criando o Conselho de Cooperação do Golfo como mecanismo de

defesa, no qual participavam os seis países árabes da região – Bahrein, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Omã. Entretanto, Teerá procurou exportar a revolução para esses países por meio do exemplo, e não pela força. Primeiramente, devido ao conflito com o Iraque, onde o governo iraniano depositava sua atenção. E, também, devido à proteção que esses países recebiam do Ocidente. Além das tensões pela questão das populações xiitas, o que mais desagradava a Teerá era o apoio financeiro e logístico fornecido por esses países ao Iraque durante o conflito (ZAHAR, 1991, p. 190-195).

A visão de Khomeini no que tange a política internacional de seu regime islâmico foi consistente. Segundo ele, os Estados seriam feudos de déspotas corruptos e opressores, considerando que a opressão interna contra as populações nacionais se reproduz entre os Estados: os tiranos internacionais, ou seja, as superpotências (ZAHAR, 1991, p. 166-167). Nesse sentido, outro aspecto fundamental da política externa iraniana pós-1979 é o não alinhamento. De uma perspectiva islâmica, isso somente seria possível se uma pessoa for subserviente apenas a Deus e a nenhum outro poder na Terra. Do ponto de vista iraniano, o não alinhamento era motivado por meio de uma política “nem Leste nem Oeste”, promovendo autonomia e capacidade política e econômica independente (PHILIP, 1994, p. 123). Em mensagem aos peregrinos à Meca no ano de 1980, Khomeini pregava:

Neutral countries, I call upon you to witness that America plans to destroy us, all of us. Come to your senses and help us achieve our common goal. We have turned our backs on the East and the West, on the Soviet Union and America, in order to run our country ourselves. Do we therefore deserve to be attacked by the East and the West? The position we have attained is an historical exception, given the present conditions in the world, but our goal will certainly not be lost if we are to die, martyred and defeated (WESTAD, 2007, p. 296).

As relações bilaterais com os Estados Unidos durante os anos 1980 foram marcadas por divergências. Para Khomeini, a confrontação com os norte-americanos era a confirmação de que seu caminho revolucionário e religioso estava correto (WESTAD, 2007, p. 296). Apesar da proclamada neutralidade perante o conflito entre Irã e Iraque, os norte-americanos não eram indiferentes. Sua influência foi promovida, ao menos indiretamente, por meio de terceiros países mais envolvidos

no conflito, como os Estados do Golfo, envio de armamentos e por meio de seu poderio econômico. Ainda durante o governo Jimmy Carter, os Estados Unidos encaminharam aviões de controle e alerta antecipado para a Arábia Saudita, após o pedido de Riad, mediante temor de uma agressão iraniana. Em contrapartida, o governo saudita tratou de manter o abastecimento petrolífero aos norte-americanos, a partir da tendência de queda das exportações de Irã e Iraque. Horas antes de Reagan assumir a Casa Branca, em janeiro de 1981, os reféns presos na embaixada estadunidense em Teerã foram liberados. Esse fato parecia indicar que nem iranianos nem soviéticos tinham intenções sobre o Golfo Pérsico. A presença da *Rapid Deployment Force* norte-americana no Oceano Índico era garantia suficiente de segurança para as monarquias do Golfo. Além disso, a Arábia Saudita e seus vizinhos tranquilizaram os norte-americanos e europeus ao garantir o suprimento de petróleo para o Ocidente durante o conflito. Em geral, a política de Reagan seguiu as mesmas linhas de Carter: a possibilidade de intervenção no Irã foi deixada para último plano, a presença militar no seu entorno estratégico, entretanto, tinha a intenção de intimidar os revolucionários e de garantir a segurança das monarquias do Golfo (ZAHAR, 1991 p. 196-197).

As conflituosas relações entre Washington e Teerã não significaram uma boa relação com Moscou, e o Irã nem considerava essa possibilidade. Os iranianos guardam um ressentimento histórico frente aos russos no que tange as espoliações territoriais e ocupações do século XIX, princípios arraigados na Constituição. Apesar do papel preponderante do partido comunista do Irã, o *Tudeh*, no processo revolucionário, seu relacionamento com o governo islâmico começou a se deteriorar no final de 1982, quando o Irã decidiu levar a guerra com o Iraque adiante contra petição do Kremlin. No ano seguinte, após o vazamento de documentos que comprovavam a ligação entre o *Tudeh* e a URSS, líderes do partido foram presos e 18 diplomatas soviéticos expulsos do país. As relações bilaterais alcançaram seu mais baixo nível até então. Outros pontos de tensão entre Teerã e Moscou seriam a questão do Afeganistão, onde o regime iraniano apoiou grupos armados contra as forças soviéticas no país, e a venda de armamento do Kremlin para Bagdá, que teria como base o Tratado de Amizade entre os dois países assinado em 1972 (ZAHAR, 1991, p. 200-204).

Apesar da política “nem Leste nem Oeste”, o regime islâmico em Teerã demonstrou em algumas ocasiões um caráter pragmático, movido por necessidades econômicas e estratégicas, superando a aversão às grandes potências. Nesse sentido, Anoushiravan Ehteshami(2002, p. 299-300) afirma que, a partir de junho 1988, Teerã passou por uma fase de reorientação em sua política externa, cujo maior marco foi a aceitação da resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois promovia o fim das hostilidades com o Iraque. Dessa forma, o Irã poderia normalizar seu relacionamento com os demais vizinhos da região. Além disso, o cessar-fogo removeu os obstáculos para uma maior aproximação entre Moscou e Teerã, processo facilitado pela retirada soviética do Afeganistão. Ao longo de 1989, visitas diplomáticas foram feitas em ambos os países, resultando em um acordo multibilionário de comércio e cooperação militar. Essa aproximação pavimentou a relação entre Rússia e Irã após o desmantelamento da União Soviética.

Em clara mostra do pragmatismo em sua política exterior, o Irã se aproximou do “Grande Satã” para reabastecer seu arsenal durante o conflito com o Iraque. Afinal, o equipamento bélico iraniano era puramente norte-americano, herdado do regime anterior, e, nesse sentido, necessitava de repostos, também, norte-americanos. Para os Estados Unidos, significou o fim de um jogo duplo na Guerra do Golfo, pois até então parecia sólido o apoio norte-americano ao Iraque no conflito². O escândalo, que ficou conhecido como “Iran-Gate”, não se tratou de uma simples troca de reféns por armamentos, pois, apesar da troca de regime, o valor estratégico iraniano para os Estados Unidos não havia mudado. As pressões internas norte-americanas devidas ao escândalo, bem como as pressões externas expressas pelos países árabes aliados dos Estados Unidos obrigaram Washington e Teerã a voltarem suas posições antagônicas (RAMAZANI, 2008, p. 8; ZAHAR, 1991, p. 197-198).

Apesar do zelo e do desafio revolucionário, por meio do discurso de não alinhamento às potências hegemônicas, o regime iraniano pós-1979 pode ser caracterizado como um ator racional e pragmático na condução de sua política externa. O período final da década de 1980 e a subsequente reorientação na política

² O comércio entre Iraque e Estados Unidos cresceu em um bilhão de dólares entre 1981 e 1984 (ZAHAR, 1991, p. 197).

internacional de Teerã podem ser atrelados à percepção dos líderes iranianos em um ambiente de transformação regional e global com o fim da Guerra Fria (EHTESHAMI, 2002, p. 283-284).

4 Rupturas e Continuidades

A partir da análise das políticas externas da monarquia Pahlavi e do regime após a Revolução Islâmica, fica evidente a inflexão no comportamento adotado pelo país no cenário internacional. Se sob o governo do Xá as relações externas do Irã eram pautadas por um alinhamento com os países Ocidentais e principalmente com os Estados Unidos, pelo respeito às organizações internacionais e ao direito internacional, assim como pelo estabelecimento de relações cordiais com todos os países, independentemente do seu sistema econômico e social, sob o regime islâmico a política externa tinha como princípios básicos o não-alinhamento e a manutenção da independência e soberania nacional. Philip (1994), aponta na direção de uma condução das relações internacionais do Irã centralizada nos governos, em que a opinião popular possui mínima influência na tomada de decisões que os afetam diretamente. Entretanto, a Revolução devolveu à nação o seu cerne religioso que havia se perdido durante o período monárquico, e isso, por sua vez, promoveu a saída do materialismo como principal motor da formulação política. Nesse sentido, apesar das claras rupturas nos princípios de condução do país entre os dois regimes, podemos traçar algumas linhas de continuidade entre eles.

As relações iranianas com seu entorno regional nos períodos anterior e posterior à revolução mantêm certo grau de congruência nos seus objetivos, diferindo somente no método. Ambos os regimes compartilhavam uma mútua percepção do papel que o Irã deveria desempenhar no Golfo, qual seja, sua supremacia perante os demais Estados. Por um lado, o Xá procurou fortalecer as forças armadas do país, transformando-as numa das cinco maiores forças do mundo em termos convencionais, com o intuito de criar ordem e liderança regional em seu entorno; por outro, Khomeini procurou concentrar seus esforços na exportação da revolução islâmica a fim de fortalecer sua posição como liderança espiritual e ideológica na região. Nesse sentido, a expansão lógica e natural do regime seria o Iraque, que reunia algumas condições favoráveis para a realização projeto, uma vez que possuía

a maior população xiita fora do Irã, continuidade geográfica e uma ampla interação histórica e cultural com o país. Entretanto, com o reconhecimento da Resolução 598, o objetivo revisionista de remodelar o Golfo Pérsico com base nas diretrizes islâmicas é completamente revisto para o reequilíbrio regional estabelecido pelo Xá ao longo dos anos 1970, a partir da normalização do relacionamento de Teerã com os demais países do Oriente Médio (PHILIP, 1994, p. 126; ZAHAR, 1991, p. 174).

O relacionamento iraniano com as superpotências apresentou grandes traços de ruptura entre a política externa anterior e posterior a 1979. Nesse sentido, para os Estados Unidos a revolução islâmica demonstrou que o comunismo não era a única ideologia a confrontar o poder norte-americano; além disso, ela cortou a antiga aliança entre a monarquia de Pahlavi e os EUA, sustentada desde a queda de Mossadegh em 1954 - Teerã promovia, agora, posições anti-imperialistas. Para os soviéticos, a vitória de Khomeini evidenciou que a teoria marxista para as revoluções do Terceiro Mundo não bastaria para todos os levantes, e a reação clerical seria uma alternativa à teoria do imperialismo predatório. Além disso, a intenção do aiatolá, por meio de seu Islã integrista, de espriar a revolução, causou temores em Moscou, pois a religiosidade intrínseca ao movimento iraniano apresentava uma nova dimensão às ideologias esquerdistas e anti-imperialistas difundidas até então no Terceiro Mundo (WESTAD, 2007, p. 299; PHILIP, 1994, p. 118).

O relacionamento bilateral com os Estados Unidos foi, sem dúvida, uma grande inflexão entre os dois regimes. Se durante o regime Pahlavi o Irã foi convertido em um mercado cativo às exportações militares estadunidenses e as reformas socioeconômicas do Xá eram baseadas no *american way of life*, privilegiando o consumo de massas, o aiatolá Khomeini via nos norte-americanos um de seus três maiores inimigos (compunham ainda a lista Reza Pahlavi e Saddam Hussein).

5 Considerações finais

Analisando os principais eixos da política externa do Irã nos períodos pré e pós-Revolução Islâmica, pode-se verificar que os constrangimentos geográficos da região e o papel geopolítico do petróleo se mantiveram como elementos

influenciadores, bem como a tendência progressiva do país a evitar ingerências externas. No entanto, a Revolução marcou um ponto de inflexão ao remover os Estados Unidos como parceiro primordial do país e inseri-lo no Sistema Internacional como uma potência regional contestadora e anti-imperialista. Além disso, adicionou-se todo um conteúdo religioso às relações internacionais do país, que passou a buscar a liderança do secto xiita do Islã.

Iranian Revolution: Ruptures and Continuities in Iran's Foreign Policy

ABSTRACT: This article aims to analyze Iranian foreign policy in the period before and after the 1979 Revolution. In this sense, , through a review of the literature, the international relations of Iran with countries of its regional environment and with the great powers, the United States and the Soviet Union, will be examined, as well as the impacts of the Islamic revolution on the international system. Finally, the lines of rupture and continuity of the country's foreign policy over the period are highlighted.

KEYWORDS: Cold War; Foreign Policy; Iran; Revolution.

Referências

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Cambridge University Press: New York, 2008.

EHTESHAMI, Anoushiravan. **After Khomeini: The Iranian Second Republic**. Routledge: New York, 1995.

_____. The Foreign Policy of Iran. In. HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan (Org.). **The Foreign Policies of Middle East States**. Lynne Rienner Publishers: London, 2002. Cap. 13, p. 284-309.

EHTESHAMI, Anoushiravan; ZWEIRI, Mahjoob (Org.). **Iran's Foreign Policy: From Khatami to Ahmadinejad**. Ithaca Press: Reading, 2008.

GASIOROWSKI, Mark. **Mohammad Mosaddeq and the 1953 Coup in Iran.** Syracuse: Syracuse University Press, 2004.

IRÁ. **Constituição da República Islâmica do Irã,** 1979.

PHILIP, G. Philip. The Islamic revolution in Iran: its impact on foreign policy. In. CHAN, Stephen (Org.). **Renegade States: The Evolution of Revolutionary Foreign Policy.** Manchester University Press: Manchester, 1994. Cap. 7, p. 117-137.

RAMAZANI, R. K. Iran's Foreign Policy: Independence, Freedom and the Islamic Republic. In. EHTESHAMI, Anoushiravan; ZWEIRI, Mahjoob (Org.). **Iran's Foreign Policy: From Khatami to Ahmadinejad.** Ithaca Press: Reading, 2008. Cap. 1, p. 1-16.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War.** Cambridge University Press: New York, 2007.

ZAHAR, León Rodríguez. **La revolución Islâmica-clerical de Irán, 1978-1989.** El Colégio de México: México, D. F., 1991.